

Observações sobre a perspectiva metodológica da Economia Política a partir de Max Weber

Samya Campana¹

Resumo:

A finalidade deste artigo é compreender a constituição da perspectiva metodológica da Economia Política. A partir de um clássico artigo de Weber (1998) *A “objetividade” do conhecimento da ciência social e na ciência política* se explicitará que a perspectiva metodológica da Economia Política se constituiu inspirando-se na perspectiva das Ciências da Natureza. O artigo está ordenado em três partes principais: a seção 1 trata da formação da perspectiva metodológica da Economia Política; a seguinte seção traz uma explanação acerca da concepção racionalista do séc. XVIII e do procedimento do pesquisador decorrente; a seção 3 trata sobre o principal resultado dos pontos de vista do naturalismo sobre as disciplinas econômicas; finalmente a seção 4 traz um resumo explicativo.

Palavras-chave: Objetividade; Economia Política; Max Weber; Método; Ciências Naturais

Abstract:

The purpose of this article is to understand the constitution of methodological perspective Political Economy. From a classic article by Max Weber *The “objectivity” of knowledge on social sciences and in political sciences* will be explained that the methodological perspective of Political Economy was constituted inspired by the perspective of Nature Sciences. The article is classified

¹ Mestranda do curso de economia da Universidade Federal de Santa Catarina.

in three main parts: section 1 deals with the formation of the methodological perspective in Political Economy; the next section brings an explanation of the rationalist conception of the 18th century and of the subsequent procedure of the researcher; section 3 deals with the main result of the viewpoints of naturalism on economical subjects; finally, section 4 brings an explanatory summary.

Key Words: Objectivity; Political Economy; Max Weber; Method; Natural Sciences.

1. Formação Geral da perspectiva metodológica da Economia Política

Para Weber (1998, p.113) a economia política elevava-se à condição de *estudo racional*, “[...] não era apenas uma ‘técnica’, tendo em vista que se incorporou a esta concepção à poderosa unidade da concepção do mundo do século XVIII de caráter racionalista e orientada pelo direito natural”. Porém, “do mesmo modo que o estudo racional da realidade social havia nascido em estreita relação com a evolução moderna das ciências da natureza, continuou semelhante no modo de encarar o seu objeto” (Weber, 1998, p.113). Segundo Weber,

[...] a Economia Política tinha sido originariamente uma ‘técnica’, pelo menos no que diz respeito ao núcleo dos seus estudos, isto é, considerava os fenômenos da realidade de uma perspectiva prática do valor, estável e unívoca pelo menos na aparência: da perspectiva do crescimento da ‘riqueza’ da população num país. Por outro lado, desde o início em que a Economia Política não foi apenas uma ‘técnica’, tendo em vista que se incorporou à poderosa unidade da concepção do mundo do século XVIII, de caráter racionalista e orientada pelo direito natural. Mas a particularidade dessa concepção do mundo, com sua fé otimista na racionalização teórica e prática do real, comportou um efeito essencial ao evitar que fosse descoberto o caráter problemático da perspectiva que ele pressupunha evidente. Do mesmo modo que o estudo racional da realidade social havia nascido em estreita relação com a evolução moderna das ciências da natureza, continuou semelhante no modo de encarar o seu objeto (Weber, 1998, p.113).

Na perspectiva metodológica das Ciências da Natureza - em consonância com a concepção racionalista - a racionalização da teoria significava o caminho generalizador da abstração enquanto que o da prática significava a análise do empírico. Esperava-se chegar a um conhecimento puramente objetivo e racional com a orientação de ambos os caminhos para relações legais e genéricas. O

interesse dos pesquisadores, por eles próprios, enquanto tal não era considerado um interesse científico de forma que não havia espaço para as opiniões morais, valores pessoais, ou ideologias. Conforme Weber,

[...] Nas disciplinas das ciências da natureza, [especificamente a física e matemática] a perspectiva prática do valor, relativa ao que é diretamente útil, encontra-se tecnicamente em estreita relação com a esperança – herdada da Antiguidade e desenvolvida posteriormente – de que, por meio do caminho generalizador da abstração e da análise do empírico, orientadas para as relações legais, seria possível chegar a um conhecimento puramente ‘objetivo’- isto é, aqui, um conhecimento sem relação com todos os valores – e, ao mesmo tempo, absolutamente racional – ou seja, um conhecimento monista de toda a realidade, livre de qualquer ‘contingência’ individual, sob o aspecto de um sistema conceitual de validade metafísica e forma matemática. As disciplinas das ciências da natureza, que se encontram ligadas a pontos de vista axiológicos, tais como a medicina clínica, e mais ainda, a chamada ‘tecnologia’, converteram-se em puras ‘artes’ práticas. Desde o princípio estavam determinados os valores a que deveriam servir: a saúde ao paciente, o aperfeiçoamento técnico de um processo de produção etc. Os meios a que recorreram, eram, e só podiam ser, a aplicação prática dos conceitos de lei descobertos pelas disciplinas teóricas. Qualquer progresso de princípio na formação de leis era também e podia sê-lo um progresso na disciplina prática. Porque, quando os fins permanecem, a redução progressiva das questões práticas (um caso de doença, um problema técnico) a leis de validade geral e à conseqüente ampliação do conhecimento teórico, se liga à ampliação das possibilidades técnicas e práticas e se identifica com ela (Weber, 1998, p.113-114).

Além da dominação do método racional sobre *todas* as ciências, mencionada acima, Weber explica a influência da *evolução da investigação biológica*² e do *panlogismo hegeliano*³, de tal forma que “dir-se-ia que sobre todas as ciências

² Isto significou o momento “[...] em que a biologia moderna conseguiu englobar os elementos da realidade que nos interessam historicamente [...] dentro do conceito de um princípio de evolução de validade geral, que, pelo menos na premência – mas não na realidade – permitia ordenar todo o essencial daqueles objetos dentro de um esquema de leis como validade geral [...]” (Weber, 1998, p.114).

³ “Visto que também o chamado devir histórico era um fragmento da realidade total e que o princípio da causalidade – premissa de qualquer trabalho científico – parecia exigir a redução de todo o devir a ‘leis’ de validade geral, e visto o descomunal êxito das ciências da natureza, que

pairava ameaçadoramente o crepúsculo dos deuses de todas as perspectivas axiológicas” (Weber, 1998, p.114).

Weber combatia este sentido, esta noção de que as ciências humanas deveriam ser abordadas pelo lado em que se apresentava mais afastado de suas manifestações particulares (o geral, o genérico, o *legal* em detrimento do particular e singular). Cito:

Para as ciências exatas da natureza, as leis são tanto mais importantes e valiosas quanto mais geral é sua validade. Para o conhecimento das condições concretas dos fenômenos históricos, as leis mais gerais são freqüentemente as menos valiosas, por serem as mais vazias de conteúdo. Isto porque, quanto mais vasto é o campo abrangido pela validade de um conceito genérico – isto é, quanto maior a sua extensão – tanto mais nos afasta da riqueza da realidade, posto que, para poder abranger o que existe de comum no maior número possível de fenômenos, forçosamente deve ser o mais abstrato e pobre de conteúdo. No campo das ciências da cultura, o conhecimento geral nunca tem valor por si próprio (Weber, 1998, p.109).

Para Weber (1998) a conseqüência desta abordagem genérica nas ciências humanas é que o objeto tende a ser visto como algo externo aos indivíduos que o pesquisam. Neste sentido, Weber se posicionou contra a idéia de que,

o elemento científico essencial dos fenômenos apenas podia ser constituído pelo aspecto “legal”, ao passo que os “acontecimentos individuais” só podiam ser levados em conta como “tipos”, o que significa, aqui, como representativos das leis. O interesse por eles próprios [dos pesquisadores], enquanto tais, não era considerado um interesse “científico” (Weber, 1998, p.114).

Entretanto, só podemos entender o real significado desta crítica na medida em que Weber defende a relevância dos valores individuais no processo do conhecimento. Esta parte da teoria da ciência de Weber em que ressalta a perspectiva metodológica das Ciências Naturais tem por propósito evidenciar nas partes seguintes a importância dos valores na formulação da pesquisa científica, na definição do objeto e do aparelho conceitual.

havam incorporado esse princípio, parecia impossível conceber um trabalho científico que não fosse o da descoberta de leis do devir em geral” (Weber, 1998, p.114).

Então, como as ciências humanas deveriam abordar seu objeto? Para Weber, quando se trata de saber a causa de um fenômeno singular, a pergunta do cientista não está endereçada ao conhecimento de leis, mas às conexões causais concretas, cuja relevância explicativa pode ser determinada com o auxílio do saber nomológico, ou seja, nosso conhecimento das regularidades do acontecer histórico-social (Lazarte, 1996, p.74). Indubitavelmente, a preocupação de Weber com a individualidade dos fenômenos não dispensa o recurso à elaboração de “leis” dos fenômenos à hora da explicação: mas tal recurso é entendido como uma **tarefa auxiliar** no trabalho do cientista social e nunca um fim em si mesmo.

Por isso Weber lamentou a influência do método biológico, naturalista, sobretudo na ciência econômica apesar de os socialistas e os historiadores já terem começado a criticar o pressuposto de que a ciência econômica só pode ser científica ao pretender ser neutra, livre de valores e na medida em que se fundamenta em perspectivas axiológicas. Lowy (1996, p.49) corrobora esta lamentação considerando os dois resultados negativos para as ciências sociais enfatizados por Weber:

o primeiro foi achar que se pode entender a realidade social por um conjunto de leis de tipo científico-natural; depois ele [Weber] critica a [...] ilusão de que o “crepúsculo dos deuses” dos pontos de vista axiológicos se estenderá a todas as ciências. Nas ciências naturais, os deuses, os valores culturais ou religiosos, vão deixando de jogar um papel importante, vão desaparecendo [...] Cada vez mais nas ciências naturais, os valores culturais, religiosos ou políticos, vão empalidecendo, vão desaparecendo até que esta ciência se liberte completamente [...] A ilusão é acreditar que este “crepúsculo dos deuses” se estenderá também às ciências sociais, que pouco a pouco os valores, as ideologias, os pontos de vista culturais e sociais vão perdendo o seu valor, a sua influência e que as ciências sociais vão se tornando tão objetivas e neutras quanto as ciências naturais (Lowy, 1996, p.49).

Para combater o positivismo nas ciências humanas Weber atacou principalmente o positivismo na Economia Política porque,

os economistas foram os primeiros a proclamar que as leis sociais são tão necessárias quanto as leis físicas. Segundo eles, é tão impossível a concorrência não nivelar pouco a pouco os preços, quanto é impossível aos corpos não cair seguindo a linha vertical (Durkheim *apud* Lowy, 1996, p.41).

Ao contrário do Positivismo que dava maior ênfase aos fatos, à realidade empírica, transformando o pesquisador num mero registrador de informações, Weber reconhecia que os valores do pesquisador, nas ciências sociais,

desempenhavam um papel destacado na seleção do objeto da pesquisa, na determinação das questões a serem estudadas.

2. Sobre a concepção racionalista do século XVIII

Nesta seção é realizada uma explanação sobre a formação do método e procedimento racionais que é complementar à explicação de Weber sobre o “espírito do monismo naturalista” que pairava sobre todas as ciências, incentivando a perspectiva metodológica da Economia a ser a mesma das Ciências Naturais.

Para Oliveira (1998),

o método existe para ajudar a construir a representação adequada das questões a serem estudadas. Ele foi constituído no âmbito de um movimento que valorizava a capacidade do pensamento racional cuja origem remonta aos séculos XVI e XVII. Esse discernimento que associava a razão dos homens à possibilidade de provocar mudanças na vida social já significava o questionamento do saber diletante e contemplativo. Representava, também, uma cunha na supremacia das interpretações teocêntricas, propugnando a desvinculação da produção do saber da órbita eclesiástica [...] (Oliveira, 1988, p.22).

O desenvolvimento metodológico se transforma num recurso imprescindível para insinuar modificações na sociedade porque a produção do saber científico se consagra enquanto decorrência da constituição da lógica capitalista de acumulação: é capaz promover o domínio da natureza e de disciplinar os homens a esta lógica. Trata-se, então,

[...] de construir meios confiáveis para observar, para promover experimentos, bem como para elaborar hipóteses e princípios. O desenvolvimento destes instrumentos foi concomitante ao das técnicas; postulava-se, afinal, uma ciência de intervenção, que fosse atuante na prática e que estivesse, a um só tempo, sintonizada com a expansão capitalista e com o aumento da capacidade produtiva. Ordenar as coisas, sistematizá-las, identificar unidade e diversidade, mensurar, decompor o todo em partes, analisar – eis resumidamente a empreitada que se queria consolidar [...] (Oliveira, 1996, p.22).

O processo constitutivo do modo de produção capitalista transformou a produção do saber diletante e contemplativo na produção de um saber científico: este foi o momento em que nasceu a Economia Política “científica”. Quando os elementos constitutivos ao modo de produção mostram-se explicitados em sua plenitude, o saber científico vai se configurar enquanto instrumento de

legitimação - via ideologia burguesa - estritamente vinculado, isto é, sem amarras absolutistas, aos propósitos do modo de produção capitalista (enquanto instrumental comprometido com a expansão capitalista e com o aumento da capacidade produtiva): este é o momento em que a Economia passa a abandonar o caráter científico (porque não necessita provar a superioridade do modo de produção capitalista em relação ao anterior) e assumir caráter “vulgar”.

É pertinente observar que a constituição do método racional e do procedimento “isento de valores” (em seu movimento histórico) se situou num contexto revolucionário porque durante todo um período, as ciências da natureza representaram o começo de um combate ideológico. Enfatiza Lowy (1978, p.16) que “[...] do século XV ao XIX as classes dominantes clérico-feudais resistiram às ciências da natureza que constituíam um desafio a seu sistema ideológico [...]”:

O cienticismo positivista é aqui um instrumento de luta contra o obscurantismo clerical, as doutrinas teológicas, os argumentos de autoridade, os axiomas *a priori* da Igreja, os dogmas imutáveis da doutrina social e política feudal (Lowy, 1987, p.19-20).

Entretanto, a partir do século XIX até os nossos dias as ciências da natureza se tornam uma ideologia conservadora identificada com o modo de produção capitalista (Lowy, 1978,1987,1996). “É somente graças à liquidação do modo de produção feudal e o desaparecimento (ou ‘modernização’) de sua ideologia, que a ciência natural se tornou, progressivamente, um terreno ‘neutro’ do ponto de vista ideológico” (Lowy,1978, p.16), de maneira que “a luta contra os preconceitos muda radicalmente de função: de uma luta utópica, crítica, negativa, revolucionária, passa a ser uma luta conservadora (Lowy, 1996, p.39):

Essa “mudança de cor” do positivismo não deixa de lembrar o que Marx assinalava a propósito da economia política: sua passagem, sobretudo depois de 1830 – isto é, depois da ascensão da burguesia ao poder nos principais países europeus -, de economia “clássica” à economia “vulgar” (Lowy,1987, p.18).

Logo, não se trata de afirmar que o racionalismo e seu método sejam errados, mas que a partir de determinado momento histórico ele passa a servir como instrumento de legitimação da sociedade existente via positivismo e via ideologia burguesa (Lowy, 1996). Antes disso “(...) pode-se dizer que foi uma conquista da filosofia das luzes, do racionalismo e do pensamento liberal moderno, romper com a concepção do dogma ou do argumento da autoridade, e criar a possibilidade da discussão científica e da discussão racional” (Lowy, 1996, p.64).

Acrescentamos, portanto, que para além de entender a formação da perspectiva metodológica da Economia Política conforme a explicação de Weber é preciso situá-la no contexto histórico da constituição/consolidação do modo de produção capitalista perante a ordem feudal.

2.1 Procedimento “neutro” do pesquisador e postura científica

Na medida em que a produção do saber se transforma enquanto conseqüência da lógica de acumulação do capital, o procedimento do pesquisador, seu modo de pensar, torna-se subjugado às necessidades deste modo de produção: tratava-se de ordenar e sistematizar as coisas, identificar unidade e diversidade, mensurar, decompor o todo em partes, analisar.

De acordo com Franco *apud* Oliveira (1998)

[...] a esse movimento de dessacralização do conhecimento correspondeu a sacralização do trabalho. Foram veemente contestados o exercício contemplativo, o ócio, as festas, as formas de ocupação do tempo economicamente improdutivas, ao mesmo tempo em que se cultuava a disciplina do corpo e do pensamento, a mecanização do corpo pela técnica e o adestramento da mente pelo método. A construção deste modo de pensar foi concomitante à ascensão burguesa e à constituição das bases jurídicas em que se assentou sua emergência como força política preponderante. Variadas formas de enfrentamento não impediram que o Dezenove assistisse à consolidação do projeto burguês [...] Estava, pois, definitivamente interiorizado nos homens o relógio moral desta outra dinâmica [...] (Oliveira, 1996, p.23).

Um mito se constrói em torno do sujeito do conhecimento: são figuras poderosas e dominadoras, capazes de tudo entender e submeter às suas explicações. Outro aspecto deste mito refere-se à idéia de que o procedimento do pesquisador em relação a seu objeto pesquisado deve ser inteiramente positivo: neutro, assexuado, isento de valores, livre de quaisquer ideologias.

Neste sentido, Lowy (1978) ressalta a idéia central da corrente positivista: nas ciências sociais, como nas ciências da natureza, é necessário afastar os preconceitos e as pressuposições, separar os julgamentos de fato dos julgamentos de valor, a ciência da ideologia. A finalidade do sociólogo ou historiador deve ser a de atingir a mesma neutralidade serena, imparcial e objetiva do físico, do químico e do biólogo. Esta conclusão positivista é tão importante quanto a que preconiza que as leis que regem os homens são de origem natural. Tal postura científica que “[...] não admira nem amaldiçoa os fatos políticos [...]” (Lowy, 1996, p.40), que se apresenta como livre de juízos de valor, neutra, acaba tendo uma função política e ideológica:

[...] Significa que a concepção positivista é aquela que afirma a necessidade e a possibilidade de uma ciência social completamente desligada de qualquer vínculo com as classes sociais, com as posições políticas, os valores morais, as ideologias, as utopias, as visões de mundo. Todo esse conjunto de elementos ideológicos, em

seu sentido amplo, deve ser eliminado da ciência social. O positivismo geralmente designa esse conjunto de valores ou de opções ideológicas como prejuízos, preconceitos ou prenoções. A idéia fundamental do método positivista é de que a ciência só pode ser objetiva e verdadeira na medida em que eliminar totalmente qualquer interferência desses preconceitos ou prenoções (Lowy, 1996, p.36).

Desta forma a recomendação dada ao pesquisador na ciência positiva é que deve fazer calar seus preconceitos e a suas paixões. Se simpatizar com o individualismo, com o socialismo, com o liberalismo, com os trabalhadores, com os empresários, enfim, qualquer que seja sua simpatia, ou a sua paixão, ou preconceito, deve fazê-lo calar e graças a esse silêncio poderá iniciar o discurso objetivo da ciência (Lowy,1978).

Este modelo de objetividade científica inspirado nas ciências naturais “[...] que supõe a possibilidade de neutralização ideológica, que supõe o esforço individual de objetividade, de autoneutralização ideológica do cientista social [...]”, reaparece das maneiras mais variadas e imprevistas nos pensadores positivistas mais inteligentes e sofisticados, não só no século XIX, mas também no século XX. Entretanto, há uma diferença: a pretensão de neutralidade destes últimos, em certa medida, é uma “mentira”, uma ocultação deliberada. (Lowy, 1996, p.44). No caso dos teóricos positivistas clássicos não se evidencia a postura de ocultação deliberada porque vai existir um certo elemento de mistificação, de ilusão.

Isto quer dizer que, em certa medida, Durkheim ou Comte ou os outros positivistas eram sinceros ao pretender que sua ciência fosse neutra. Pode-se muito bem supor que eles efetivamente acreditassem que seu método fosse eficaz e sua obra científica fosse realmente neutra e livre de juízos de valor, porque existe um importante elemento de auto-ilusão no procedimento dos positivistas (Lowy,1996, p.44).

Para Lowy (1996) a contribuição dos positivistas avança muito pouco no caminho da formulação de uma metodologia real do conhecimento objetivo. Ao se apresentarem como ciência apenas nos permitem eliminar o que é pura mistificação ao afirmar que não é possível chegar ao conhecimento científico da realidade sem a intenção racional do conhecimento. Lowy (1996) menciona que nas colocações dos positivistas,

[...] existe um núcleo de verdade [...] que é o seguinte: deve existir um esforço do cientista social, uma intenção de chegar ao conhecimento objetivo e verdadeiro. Obviamente, nunca haverá um conhecimento objetivo da realidade se o cientista social desde o princípio parte da idéia de que o que ele está buscando não é um

conhecimento da realidade, mas uma outra coisa, propaganda, publicidade, ou seja, o que for [...] Se alguém recebe dinheiro para escrever um artigo provando, por exemplo, que o esgoto de São Paulo é o melhor do hemisfério ocidental, seu trabalho não vai ter nada a ver com um trabalho científico. Isto porque ele já partiu da hipótese de que o objetivo dele não era conhecer a verdade, mas fazer propaganda para, suponhamos, o departamento de esgotos do Estado. Isso existe também e muita coisa que se vê com a etiqueta de “economia política”, de “sociologia”, de “ciência política”, é simples mercadoria, sem intenção de chegar à verdade objetiva (Lowy, 1996, p.45).

3. Resultado dos pontos de vista do naturalismo sobre as disciplinas econômicas

Para Weber (1998) não foi somente devido à concepção do XVIII de caráter racional e orientada pelo direito natural que a Economia Política deixou de reconhecer toda a amplitude da relação entre o conceito e a realidade. A evolução da investigação biológica e a influência do panlogismo hegeliano foram cruciais para conceber a idéia de que,

[...] os processos econômicos seriam regidos por leis naturais e [...] de que haveria um princípio bem determinado da evolução dos processos econômicos, e que, conseqüentemente, o “dever ser”, ou coincidiria com o próprio ser na sua imutabilidade – no primeiro caso – ou que o “dever ser” - no segundo caso – coincidiria com aquilo que eternamente fez parte de um “devir” (Weber,1998, p.83).

A infiltração de dogmas naturalistas em determinados aspectos decisivos, se expressa, por exemplo, na relação problemática entre trabalho “teórico” e “histórico”. Neste sentido o método teórico-abstrato – esclarece Weber -, se opõe de maneira direta e aparentemente incontornável à investigação *histórico-empírica*⁴:

⁴ Não iremos nos alongar sobre a escola histórica neste momento. Limitamo-nos à observação de Longo (1985) sobre seus fundamentos metodológicos. “La ‘corriente histórica’ rechaza la noción misma de leyes que pueden influir en el campo de los fenómenos económicos: no se limita a rechazar en bloque todas las leyes descubiertas por los clásicos de la ciencia económica burguesa, sino que niega la existencia misma de leyes económicas. Para los seguidores de la corriente histórica, en la sociedad humana, y debido a que el hombre es un ser conciente, pensante, activo, en una palabra, libre, no existen, ni pueden existir, en contra de lo que ocurre en la naturaleza, uniformidades, reglas o leyes; por esta razón la economía ha de limitarse a describir los hechos económicos ya ocurridos y a describir su historia. Es totalmente inútil tratar de descubrir unas leyes de funcionamiento y desarrollo del sistema económico que no existen. En pocas palabras, el planteamiento se reduce a negar la posibilidad de que pueda existir una ciencia económica” (Longo,1985, p.148-149)

[...] o método teórico e “abstrato” [...] reconhece com toda a exatidão a impossibilidade metodológica de substituir o conhecimento histórico da realidade pela formulação de “leis”, ou de, pelo contrário, chegar ao estabelecimento das “leis”, no sentido estrito do termo, mediante a mera justaposição de observações históricas. Para conseguir estabelecer leis – pois há consenso de que este é o fim supremo da ciência – parte do fato de que experimentamos constantemente as relações da atividade humana em sua realidade imediata. Em face disso, julga poder tornar esse curso dos eventos diretamente inteligível com evidência axiomática e assim explorá-las nas suas “leis”. A única forma exata de conhecimento, a formulação de leis imediata e intuitivamente evidentes seria a única que nos permitiria deduzir os acontecimentos não diretamente observáveis. Conseqüentemente, o estabelecimento de um sistema de proposições abstratas e puramente formais, em analogia à proposições das ciências exatas, seria o único meio de dominar intelectualmente a diversidade social, pelo menos no que diz respeito aos fenômenos fundamentais da vida econômica [...] (Weber, 1998, p.115).

O método teórico-abstrato atribui extrema importância ao estabelecimento de “leis” – única forma de se chegar ao conhecimento – e, conseqüentemente, a um sistema de proposições abstratas e formais – meio de dominar intelectualmente a diversidade social. A formulação de “leis” ocorre a partir do imediato e intuitivamente evidente porque parte do princípio de que experimentamos constantemente as relações da atividade humana em sua realidade imediata. A título de exemplificação vejamos o que seria este método analisando Schumpeter, economista da primeira metade do XX. Este escreve, por exemplo, que,

[...] ainda que tivéssemos meios de medir as variações da eficiência técnica dos produtos industriais, nenhum deles nos daria uma idéia adequada sobre o que essa melhoria significaria em termos de dignidade, intensidade ou satisfação da vida humana – não importa o que os economistas de antigas gerações resumiram sob o título de *satisfação das necessidades da vida*. E estas são para nós, afinal de contas, as mais importantes, isto é, o verdadeiro fruto da produção capitalista, a razão porque nos interessamos pelo índice da produção, pois os quilos e litros que nelas figuram dificilmente mereceriam, por si mesmos tal interesse [sublinhado nosso] (Schumpeter, 1961, p.85)⁵.

⁵ Esta concepção é muito importante porque se relaciona com seu entendimento sobre a “função social” dos lucros. O autor ratifica esta concepção quando afirma que “o principal mérito dos clássicos consiste

Partindo da observação imediata das relações da atividade industrial, Schumpeter pressupôs que o objetivo geral da atividade econômica na sociedade capitalista fosse satisfazer as necessidades humanas. Começa do intuitivamente evidente⁶ para estabelecer “leis” e deduzir os acontecimentos não diretamente observáveis – neste exemplo deduzir o que não é diretamente observável seria descobrir o verdadeiro motor do capitalismo (as inovações), já que este é um sistema que produz satisfação.

Weber enfatiza que a dedução da realidade a partir das “leis” intuitivamente evidentes começou a ser direcionada para o *motivo psicológico* com a intenção de validar empiricamente as proposições econômicas abstratas. Conforme Weber:

Apesar de ter sido o criador desta teoria (H. Gossen, precursor da teoria marginalista na Economia, em 1854) o primeiro e único a efetuar uma distinção metodológica de princípio entre o conhecimento legal e o histórico atribuiu uma validade empírica às proposições da teoria abstrata, no sentido de uma possibilidade de dedução da realidade a partir destas “leis”. É certo que não o fazia no sentido da validade empírica das proposições econômicas abstratas por elas próprias, mas sim no sentido de, uma vez alcançadas teorias “exatas” correspondentes a todos os outros elementos que entram em linha de conta, dever o conjunto de todas estas teorias abstratas conter a verdadeira realidade das coisas, isto é, tudo aquilo que, da realidade, fosse digno de ser conhecido. A teoria “exata” da Economia estabeleceria a influência de um motivo psicológico, ao passo que outras teorias teriam como tarefa desenvolver analongamente todos os motivos restantes num conjunto de proposições de validade hipotética [...] [sublinhado nosso] (Weber,1998, p.115-116).

O objetivo desta direção era alcançar a Teoria Econômica “exata” observando-se motivações econômicas de cunho psicológico e, conjuntamente com outras teorias

[...] no fato de haverem eles refutado juntamente com muitos e crassos erros, a idéia ingênua de que a atividade econômica na sociedade capitalista, pelo simples fato de girar em torno do móvel do lucro, tem de encaminhar-se necessariamente contra os interesses dos consumidores, ou, para expressá-lo de maneira diferente, que o objetivo de ganhar dinheiro afasta, também necessariamente, a produção e seus objetivos sociais, ou, finalmente, que as vantagens privadas, tanto por si mesmas como pela distorção que ocasionam no processo econômico, constituem sempre um prejuízo líquido para todos, exceto para os que recebem e que, por conseguinte, representariam um lucro que seria absorvido pela socialização [...] [sublinhado nosso] (Schumpeter, 1961, p.97).

⁶ “As contribuições típicas da produção capitalista são os tecidos baratos, os artigos populares de algodão e seda artificial, o calçado, os automóveis, etc. que não são, de maneira geral, melhorias que teriam grande importância para o homem rico. [...] A contribuição capitalista não consiste tipicamente em produzir mais meias de seda para rainhas, mas pô-las à disposição das operárias, em recompensa por volume cada vez menor de trabalho” [sublinhado nosso] (Schumpeter, 1961, p.86).

– que teriam como tarefa desenvolver os motivos restantes - pretender explicar a verdadeira e “empírica” realidade das coisas.

Quanto ao resultado deste trabalho Weber criticou a consideração da realidade como “dada”, pressupondo-se conhecida toda a realidade histórica. Além disto, para Weber (1998), o preconceito (de H. Gossen) de que a análise da realidade social *deveria ser* semelhante à análise empregada pelas ciências da natureza (teórica-abstrata e *empírica*) levou à interpretação errônea do sentido dessas formações teóricas do pensamento. Do próprio Weber:

Com relação ao resultado teórico – isto é, das teorias abstratas da formação dos preços, dos juros, dos rendimentos, etc. – houve quem dissesse que, numa suposta analogia com as proposições da física, seria possível empregá-las para deduzir, de premissas reais dadas, resultados quantitativamente determinados – portanto, leis em sentido restrito – com validade para a realidade da vida, posto que em face de fins dados a economia humana ficasse claramente “determinada” com relação aos meios. Não se levava em consideração que, para alcançar tal resultado, ainda que fosse no mais simples dos casos, seria necessário estabelecer previamente como “dada”, e pressupor como conhecida, a totalidade da realidade histórica, incluindo todas as suas relações causais. E que, se alguma vez o espírito finito conseguisse alcançar esse conhecimento, não se poderia imaginar qual seria o valor epistemológico de uma teoria abstrata. O preconceito naturalista segundo o qual se deveria, nesses conceitos, elaborar algo semelhante às ciências da natureza, havia precisamente levado a uma interpretação errônea do sentido dessas formações teóricas do pensamento. Acreditava-se que se tratava do isolamento psicológico do “impulso” específico do homem, o instinto da aquisição, ou então da observação isolada de uma máxima específica da atividade humana, o chamado princípio econômico. A teoria abstrata julgava poder se apoiar em axiomas psicológicos. Isto teve como conseqüência o fato de os historiadores exigirem uma psicologia empírica, de molde a comprovar a não validade desses axiomas e a poder deduzir psicologicamente o curso dos processos econômicos (Weber, 1998, p.116).

A teoria econômica fundamenta-se na idéia de que sua teoria expressada por modelos idealizados (abstratos) permite deduzir “leis”, isto é, axiomas psicológicos com validade geral para os processos econômicos (como se houvesse um princípio bem determinado na evolução dos processos econômicos). Por quê? Segundo Weber, porque o pressuposto do método teórico-abstrato de que experimentamos constantemente as relações da atividade humana em sua

realidade imediata foi entendido pela Teoria Econômica como sendo a origem empírica do princípio econômico dos agentes: acreditava-se, portanto, que se tratava do isolamento psicológico de certos impulsos.

O resultado para Weber foi a não compreensão da importância de certos valores do pesquisador no processo de produção do conhecimento, e, em função de terem acreditado chegar à teoria econômica “exata”, a utilização dos modelos idealizados como um fim em si mesmo.

Para Weber a Teoria Econômica cometeu um equívoco na interpretação do método teórico-abstrato, fundamentalmente porque não considerou que o pressuposto de que experimentamos constantemente as relações da atividade humana em sua realidade imediata significa a consideração dos valores morais, religiosos, políticos, etc. do pesquisador em relação ao processo do conhecimento. Logo, na medida em que o pesquisador experimenta constantemente as relações da atividade humana em sua realidade imediata a formulação de sua problemática, a construção de tipos ideais não está isenta de valores.

Daí a crítica de Weber às leis do tipo científico-naturais do *devir histórico* e ao entendimento de que essas representações ideais da realidade sejam uma reprodução fiel da realidade. Para Weber, os tipos ideais são caminhos indicativos para a formação de hipóteses, mesmo porque os homens têm uma visão “distorcida” da realidade tal qual os diversos valores que os rodeiam.

Weber (1998) afirma que a Teoria Econômica não compreendeu que o método teórico-abstrato não necessita ser validado empiricamente, pois ele representa uma construção teórica-metodológica, uma construção que relaciona conceito e realidade. Segundo Weber,

as construções da teoria abstrata só aparentemente são “deduções” a partir de motivos psicológicos fundamentais. Na realidade, trata-se antes do caso especial de uma forma da construção de conceitos, próprios das ciências da cultura humana e, em certo grau, indispensáveis (Weber,1998, p.117).

Desta forma, entende-se que Weber (1998) não criticava o método teórico-abstrato, mas a interpretação que a Teoria Econômica fez dele. Para este autor era certo que o método teórico-abstrato representava *um meio* de se chegar ao conhecimento, pois os tipos ideais – elaborados a partir dos valores do pesquisador - constituiriam uma forma auxiliar indispensável.

4 Síntese explicativa

A partir de Weber a exposição faz alusão a três aspectos que marcam a perspectiva metodológica da Economia Política. Em primeiro lugar, Weber critica o objetivo da Economia Política em desvendar “leis”, enquanto fim em si mesmo, que dá prioridade às relações gerais, genéricas, isto é, ao entendimento de

que haveria um princípio bem determinado na evolução dos processos econômicos em detrimento de relações individuais. Em segundo, critica a naturalização das relações sociais e econômicas, entendimento originado da noção de que o funcionamento da sociedade seria análogo aos processos biológicos ou de que as leis seriam de caráter natural, eterno. Finalmente critica que o procedimento do cientista social deva ser o mesmo do físico, do químico, etc., pois para Weber os valores pessoais, morais, as pressuposições, são considerados como parte importante do processo do conhecimento científico.

O espírito do monismo naturalista e do panlogismo hegeliano que pairava sobre todas as ciências surgiu vinculado à predominante concepção do séc. XVIII de caráter racionalista e orientada para relações legais. A perspectiva metodológica das ciências naturais é o da teorização geral abstrata e da prática empírica.

As disciplinas econômicas utilizam o caminho da abstração que parte do evidentemente e intuitivamente observável expressando-o em esquemas, modelos ou sistemas elaborados, para formular relações genéricas, leis, axiomas, de aplicação geral. Assentava-se o entendimento de que os processos econômicos seriam regidos por leis científicas e naturais, sendo vistos como algo alheio à qualquer tipo de valoração por parte dos pesquisadores – daí o fato de não se considerar os valores do pesquisador como importantes.

Posteriormente, os economistas passaram a entender – erroneamente, para Weber - que tais formulações (abstratas) deveriam e poderiam ser relacionadas empiricamente através de motivos econômicos de origem psicológica dos agentes. Desta forma propuseram fundamentando-se em H.Gossen o caminho dos axiomas psicológicos para estabelecer bases empíricas.

Segundo Weber, a noção de que os fundamentos metodológicos da Economia Política deveriam ser os mesmos das Ciências Naturais para analisar a realidade foi o que a levou, juntamente com a Teoria Econômica, a não reconhecer com precisão a amplitude entre conceito e realidade. O resultado foi o entendimento de que os modelos idealizados serviriam como fim em si mesmo.

Para Weber os teóricos da economia não entenderam que as proposições abstratas não precisavam ser validadas empiricamente justamente porque eram representações do pesquisador. Estes teóricos consideraram o pressuposto de que experimentamos constantemente as relações imediatas como inteiramente desvinculado do fato de que o pesquisador também experimenta a realidade ao seu redor e que é a partir desta visão dos “fatos” que a pesquisa se inicia.

Através de Oliveira (1998) pudemos concluir que a análise da formação da perspectiva metodológica da Economia Política deve levar em consideração que o nascimento das disciplinas econômicas enquanto ciência – e enquanto instrumental - estivera vinculado ao método racionalista e que seu desenvolvimento via teoria econômica estivera vinculado à ideologia burguesa, concomitante à consolidação da expansão capitalista e ao aumento da capacidade

produtiva. Isto também teve reflexos sobre o procedimento do pesquisador de economia. Quando da explicitação dos elementos constitutivos do modo de produção capitalista, a economia necessitava se afirmar a antiga ordem: o procedimento era, segundo Marx, “científico”. Na medida em que a produção do saber se transformava em fonte de poder do capital – complexidade posta pelo amadurecimento do modo de produção - o procedimento do pesquisador, seu modo de pensar, tornava-se subjugado às necessidades deste modo de produção. Constrói-se o mito de que o sujeito do conhecimento é uma figura poderosa e dominadora, capaz de tudo entender e submeter às suas explicações. Destarte, entende-se que o procedimento do pesquisador em relação ao objeto pesquisado possa ser inteiramente positivo: neutro, assexuado, isento de valores, livre de quaisquer ideologias.

Referências Bibliográficas

LAZARTE, Rolando. **Max Weber: Ciência e Valores**. São Paulo: Cortez, 1996.

LONGO, Gino. “*La aplicación del método dialéctico a la economía política*”. In: DÍAZ, Pedro L (org.) *et all*. **El capital: teoría, estructura y método** (Libro 1). 2ª ed. México: UNAM – División de Estudios de Posgrado de la Facultad de Economía / Cultura Popular, 1985.

LOWY, Michael. **Método Dialético e Teoria Política**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

_____. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. 10ªed. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Paulo de Salles (org.). “Caminhos de construção da Pesquisa em ciências humanas”. **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Unesp, 1998.

SCHUMPETER, J.A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

WEBER, Max. *A ´objetividade` do conhecimento da ciência social e na ciência política*. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles (org.). **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Unesp, 1998.